

Os critérios nas nomeações dos oficiais régios. Um estudo de caso: a capitania do Rio de Janeiro (1640-1697)

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira * 1

Resumo: Quais os critérios utilizados na nomeação dos oficiais régios no Rio de Janeiro, 1640 (Restauração) e 1697 (descoberta das minas). Parte-se da idéia de Nuno Monteiro, que com D. Pedro II (1667-1706), inicia-se uma maior centralização. As nomeações passariam a pessoas de carreiras imperiais, em detrimento a *nobreza da terra*, com carreiras locais. Analisar a política utilizada nas nomeações mostraria haver, ou não, um processo de centralização. Pois as influências e interesses centrais seriam mais importantes na escolha.

Palavras-chave: Brasil – Portugal – Rio de Janeiro.

Abstract: What are the criteria used in the appointment of 'oficiais régios' in Rio de Janeiro, 1640 (Restoration) and 1697 (discovery of mines). It is the idea of Nuno Monteiro, who with D. Pedro II (1667-1706), starts to greater centralization. The appointments would imperial careers of people rather than the nobility of the earth, with local careers. Examine the policy used in the appointments show there, or not, a process of centralization. Because the central influences and interests would be most important in the choice.

Key-words: Brazil – Portugal – Rio de Janeiro.

Estudo pioneiro sobre a administração na América Portuguesa destacou que o Estado português tornava-se mais centralizador pós-Restauração (1640) (SALGADO, 1985). Passaria a existir uma tensão em transformar áreas de *conquistas* em *colônias*².

A idéia de *conquista* permitia aos conquistadores e a seus familiares ocuparem os cargos de governo nas regiões, possibilitando interferir na economia e na relação entre a América e o Reino, contribuindo para que acumulassem riquezas do próprio excedente colonial. O Rio de Janeiro seria uma área de *conquista* devido à forma como foi ocupado³ (FRAGOSO, 2001). Ao mesmo tempo, os anos de 1560-80 são de dificuldades econômicas para a Coroa devido à perda de possessões orientais e guerras.

* Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ.

¹ O artigo é parte de uma pesquisa que está em sua fase inicial. Assim sendo, novas conclusões podem e deverão aparecer. Meus agradecimentos ao prof. João Fragoso pelo estímulo e pela paciência.

² Áreas de *conquistas* se caracterizavam pela utilização de fazendas dos súditos e não da Coroa. Para se ter uma idéia melhor das diferenças entre *colônia* e *conquista* ver BICALHO, 2003: 384.

³ Quando os vicentinos expulsam os franceses da Baía de Guanabara, em 1565, e fundam a cidade. Cf. (FRAGOSO, 2001: 247-288).

A importância das *melhores famílias* no Rio permanece após a Restauração, já que, a Coroa precisava de seu auxílio para defesa da região⁴. Estas *melhores famílias*, já no XVII, criam solidariedades verticais e horizontais além de controlar a reprodução da economia da região. Prática fundamental numa sociedade de Antigo Regime, pois pertencer e dominar os cargos do Estado possibilitava perpetuar uma sociedade excludente e hierárquica.

Ao mesmo tempo em que os conquistadores marcavam presença nos ofícios, eles montavam as redes comerciais⁵. Estas ligavam os grupos do Rio a todos os cantos do Império. E que freqüentemente entravam em conflito. Temos que destacar que estes grupos não se opunham diretamente aos interesses metropolitanos e, sim, estavam ligados com redes mais amplas e, que por vezes, estas redes tinham representantes na sede do Império.

Gouvêa destacou que, mesmo havendo uma interferência maior nas nomeações dos governadores feita pelo rei, elas possuíam uma dupla finalidade, *geral e particular*. *Geral*, pois fortalecia o poder e o controle do Estado. *Particular*, pois as nomeações favoreciam as redes governativas criadas⁶. Como as áreas de expansão, eram de suma importância, portanto, neste momento, o Rio se colocava como um dos grandes focos de interesse do Império, uma vez que iria “administrar” tanto áreas ao sul como em Angola⁷. O que leva a uma proximidade maior entre os dois lados do Atlântico e a dois movimentos. 1º, uma tentativa da Coroa de retomar o controle de parte do Império. 2º, de grupos espalhados pela América que se mobilizaram para expulsar os holandeses das redes comerciais existentes na região. É neste momento que as elites locais, produto desta *estratégia de governo*, podem facilmente, no Rio, por exemplo, dominar a região e ocupar os ofícios. O que não vai ocorrer na virada do XVII para o XVIII, quando a Coroa passa a se preocupar com um controle maior dos ofícios régios. Os conflitos, então, passam a ser mais freqüentes e, se antes, os ofícios, passavam quase que de forma hereditária para as famílias ou aliados dos conquistadores, passam a não ir mais. (GOUVEA, 2006).

⁴ Como já ocorrera anteriormente na expulsão dos franceses e, posteriormente, em outros lugares, na Reconquista de Angola e na Restauração Pernambucana.

⁵ Assim vale a pena destacar os trabalhos que enfatizam o estudo destas redes. Entre os autores podemos chamar a atenção para João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, Antonio Carlos Sampaio, Maria Fernanda Bicalho, entre outros.

⁶ Isto fica claro em sua análise sobre a nomeação temporária de André Cusaco para governador da capitania do Rio de Janeiro, em 1694, momento demasiado importante para a cidade. Assim como para os interesses particulares da *governança*. Tal contexto era marcado por uma reordenação de interesses em rotas mercantis de longa e média distância, em razão não só da Restauração, como por exemplo, o do controle de rotas na região do Prata e a proteção das áreas do sul – especialmente a Colônia de Sacramento -, a da guerra de expulsão dos holandeses em Recife e a da expansão do tráfico de escravos em Angola. Cf. (GOUVÊA: 2006).

⁷ Alencastro sublinha que o momento pós-restauração seria um período no qual há uma rearticulação entre centro e periferia e que também se daria uma rearticulação comercial, através do tráfico de escravos, que ligaria o Rio a Angola. (ALENCASTRO, 2000).

Nossa proposta é acompanhar de forma comparativa as nomeações destes ofícios, na capitania do Rio (1640-1697). Verificaríamos se houve uma mudança nos critérios para nomeação dos ofícios por parte da Coroa.

A escolha do período se justifica, pois em 1640, se dá a Restauração, quando se inicia a centralização e consolidação dos Bragança. E, em 1697 se dá à descoberta das primeiras minas auríferas da América Portuguesa. Fato que mudaria por completo, não só a capitania do Rio, mas toda a América Portuguesa.

Como se chegavam a estes ofícios? Ou seja, como eram nomeadas as pessoas? Gouvêa destacou que: “Apesar de ser (...) pouco explorado, já se dispõem hoje de algumas análises acerca dos procedimentos de seleção e nomeação de oficiais régios para os mais altos cargos (...) no Brasil, (...)” (GOUVEA, 2006: 161).

Aqui voltamos a uma característica já vista, qual seja, as relações sociais, tanto de dependência, quanto clientelares que se estabeleciam no reino e na América. Assim como, não podemos deixar de lembrar que as diversas redes, especialmente as comerciais, muitas vezes entravam em conflito. Estas redes não podem ser lidas com uma simples relação dicotômica de oposição entre metrópole X colônia. Isto nos ajudaria a entender que os conflitos existentes dentro do próprio Conselho Ultramarino, motivados por dois grupos. Um que defendia um melhor conhecimento das realidades locais. Neste caso, talvez, a base de legitimação seria não apenas o seu conhecimento, mas o controle de uma forte rede clientelar social local. E outro que defendia os interesses imperiais (CUNHA, 2005).

Se o tema das nomeações de ofícios mais altos foi pouco *explorado*, menos ainda a base da administração. Nossa proposta de trabalho é detectar quais eram os critérios para as nomeações dos ofícios no Rio de Janeiro (1640-1697), destacando a dinâmica do processo e a tensão provocada. Se houve uma centralização e um maior controle por parte do Estado. Para isto é fundamental a subida ao trono de D. Pedro II, em 1667, como nos mostrou Monteiro, fundamental para o processo, pois seria um marco na centralização. Momento em que os Bragança começam a se consolidar e as decisões passam a ser cada vez mais feitas pelos Conselhos, Secretarias e Juntas (MONTEIRO, 2000).

Xavier e Cardim destacam um movimento de mudança do Estado português. Onde se abandonaria uma lógica corporativa, onde o rei age como árbitro, instalando a paz e, passaria uma maior centralização da monarquia. (XAVIER E CARDIM, 2006).

Haveria, então, dois movimentos, que levariam a existência de conflitos, um na esfera macro, outro na micro. Na macro, um processo centralizador do Estado; na micro, a disputa entre os grupos rivais no Rio de Janeiro e, que não obedeciam a uma relação hierárquica,

como já visto, entre metrópole X colônia. Este último cruzaria pelo primeiro, pois a centralização poderia passar pelo beneficiamento e conseqüentemente a montagem de novos grupos, ou seja, o próprio reordenamento de rotas comerciais já existentes.

Como estudar isto? A historiografia hoje sabe que estudos sobre a economia pré-industrial não podem ser baseados em explicações econômicas. As análises devem passar por conceitos antropológicos: parentesco, rituais e a própria cultura material (POLANY, 1980). Que devem ser reelaborados ao serem levados à História (GINZBURG, 1989: 169-178)⁸. Na pesquisa em diversas séries documentais, estas relações apareceram em contextos sociais diversos, e que devem ser capturados, para se desenhar um cenário mais amplo, através dos nomes. Assim, se pega não uma família típica - até mesmo, porque dificilmente encontraremos uma -, mas comportamentos que se repetem com frequência. Ao mesmo tempo, casos que não são tão repetitivos nos indicariam uma outra realidade que estaria se construindo, mostrando toda a dinâmica do processo histórico. Estes aspectos nos permitirão articular o vivido - as relações familiares -, com a estrutura. Assim como, de forma dinâmica, se contribui ou não para a sua construção e sua mudança, a medida em que aparecem cada vez mais comportamentos que fogem da norma.

O que se propõem é enxergar os indivíduos como seres ativos. Com possibilidades de escolhas e como pessoas que estabelecem negociações e estratégias. Porém, estas escolhas operam dentro de um quadro variável e limitado de possibilidades, que estão ligadas ao seu próprio sistema de valor. Os indivíduos tornam-se livres para se movimentarem dentro deste quadro. São estas escolhas que acarretarão as mudanças. Nos permitindo ver como se deu o processo de forma bastante dinâmica (LEVI, 1992).

Acompanharemos de forma isolada as nomeações dos ofícios tendo como marco à chegada ao trono de D. Pedro II, em 1667, que marcaria uma maior centralização. Pegando a nomeação do mesmo ofício, antes e depois, e analisando minuciosamente os critérios que foram levados em consideração na seleção do candidato. Tomaremos contato com tais critérios, por meio das nomeações, uma vez que, para requerer o ofício o candidato apresentava *folha corrida*⁹ com sua carreira. Portanto, uma melhor carreira levaria o Conselho Ultramarino a recomendar ao rei a sua nomeação. Assim, confrontar estas carreiras, para ver

⁸ Burke nos mostrou que apesar de uma certo “diálogo de surdos” entre historiadores e sociólogos, hoje cada vez é mais comum uma intensa troca entre cientistas sociais. Como um bom exemplo podemos citar a micro-história, prática recheada de conceitos antropológicos. Cf. (BURKE, 1992).

⁹ As *folhas corridas*, ou seja, a biografia dos candidatos, são recuperadas através das cartas patentes passadas pelo rei. Encontram-se nos seguintes instrumentos: Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos*, vols. 16 ao 34. Arquivo Nacional. *Códice 60 e 61 – Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro* e *Códice 77 – Governadores do Rio de Janeiro*. E, Projeto Resgate Coleção Castro Almeida. *Manuscritos do Conselho Ultramarino, referentes ao Rio de Janeiro*. Coleção com 7 cd-rom’s.

como elas eram analisadas pela Coroa, seria a grande questão a ser avaliada. Uma vez que seria possível entender o que levaria o indivíduo a ter uma melhor carreira, ou seja, descobrir qual era o critério efetivo para a nomeação. Além disto, a reconstituição das famílias seria de fundamental importância, pois nos sinalizaria a existência das redes. Para tal, cruzar-se-ia os candidatos com a genealogia (RHEINGANTZ, 1965) e com a tipologia dos primeiros senhores de engenho (FRAGOSO, 2000: 103).

Uma vez que a historiografia já abandonou a noção dicotômica, não podemos cair nesta armadilha, ou seja, os ofícios não seriam ocupados por pessoas ligadas a uma carreira imperial – mais diretamente dependente do Estado – ou por pessoas ligadas às redes periféricas – em tese, mais preocupadas com as questões “regionais”. Era bastante comum os interesses se misturarem.

Vejamos duas nomeações de capitão da fortaleza de São João no Rio de Janeiro. Em 1660, na nomeação de **Ascenço Gonçalves Matoso** e, na nomeação de **Francisco Pinto Pereira**, em 1669. Mais uma vez o ano chave é a subida de D. Pedro II, em 1667.

Ascenço substituiu o falecido Antonio Curvelo Escudeiro. Antonio havia se casado, em 1638, com Merênciã de Sá. Se casou pela 2ª vez com D. Joana do Souto, em 1644, tiveram uma filha, D. Paula da Silva, que se casou com Sebastião Vieira, filho do conquistador Sr. *Domingos Gomes Pereira e Ângela dos Banhos*. O falecido capitão era ligado a um conquistador e aos Sá. Concorreram com o vitorioso **Ascenço, João de Abreu e Jacinto Nogueira Pinto**.

Sobre **Ascenço** sabemos que nasceu no Rio no dia 26/09/1627 e casou-se em 1655 com D. Serafina Correia de Sá, quando passa a integrar o grupo dos Sá. Sua nomeação estava ligada aos laços com Salvador Correia de Sá e Benevides. Havia passado à cidade do Reino, em uma companhia liderada por Salvador, em 1647. Reformou-se em 1652. Já servia ao Rei há 30 anos, atuando no Reino, Alentejo e fronteiras e Rio de Janeiro. Pedia a confirmação da nomeação feita pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides.

Sobre **João de Abreu** sabemos que teve uma carreira mais “americana”, com 12 anos de serviços. Lutou na Restauração Pernambucana - inclusive na batalha dos Guararapes -, no Rio de Janeiro e Cabo Frio, combatendo inimigos holandeses.

Jacinto Nogueira Pinto se tornará capitão de infantaria, em 1656, nomeado pelo governador Luis de Almeida. Casou-se com Maria Meixas, gerando a filha Helena Monteiro, nascida em 1661, que se casa com João da Rocha, na Sé, do Rio, em 09/05/1681. Aparecendo na genealogia como membro da família inaugurada pelo conquistador *Antonio Monteiro*. Serviu ao rei por 13 anos, quando passa ao Estado do Brasil com o Conde de Vila Pouca.

Atuou na Bahia, no Rio, no Reino – quando participa da retirada de Badajós para Elvas, onde ficou sitiado a espera de socorro. Seus serviços estiveram também ligados ao Conde de Castelo Melhor¹⁰. Serviu de Alferes. No entanto, a maior parte de sua carreira se construiu na América.

Ao comparar as *folhas corridas* do Conselho Ultramarino, indicou em 1º **Ascenço**, em 2º **João** e em 3º **Jacinto**. A surpresa não é a nomeação de **Ascenço**, mais tempo de carreira, em campos de batalhas mais importantes com ligações sociais mais fortes. Mas a presença de **João** à frente de **Jacinto**, que embora tenha lutado na Restauração de Pernambuco, possuía apenas 1 ano de serviços a mais que **Jacinto**, que possuía uma carreira onde tinha atuado no Reino e ligação com conquistador e com o Conde de Castelo Melhor¹¹ e atuado em batalhas da Restauração Portuguesa. A escolha de **João**, como 2º lugar parece apontar para uma política mais centralizadora, uma vez, que aparentemente, não conseguimos liga-lo a nenhuma família conquistadora. O que poderíamos pensar se tratar de um afastamento destas famílias do poder, fato que seria confirmado com as pesquisas em outros ofícios¹². Embora seja muito difícil descartá-lo como pertencente à elite local desconfio que **João** seja parente de *Balthazar de Abreu*, um dos conquistadores. Mas, só com o avançar da pesquisa poderíamos confirmar tal hipótese. A escolha deste em 2º lugar, talvez, se deva à postura levantada por Cunha, de que era importante, segundo uma corrente do Conselho Ultramarino, que os postos fossem ocupados por quem conhecesse a região.

Para confirmar o afastamento das famílias conquistadoras, podemos continuar a analisar o mesmo ofício¹³, quando o Capitão **Ascenço**, em 1669, morre. Assim apresentam-se para concorrer: **Francisco Pinto Pereira, Ruy Vaz Pinto, Manuel Faleiro Cabeça, Manuel Bareto Valejo, Jose Lopes, Jacinto Nogueira Pinto, Gaspar Mariz de Almeida e Sebastião da Costa**. Sobre **Ascenço** e **Jacinto** já conhecemos suas carreiras e genealogias.

Sobre **Francisco Pinto Pereira**, o escolhido para o ofício, não conseguimos remontar a sua genealogia. Serviu de soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes e ajudante. Lutou no Tanger, Catalunha, Flandres, Minho, Badajós e Brasil, Já servia a Coroa cerca de 40 anos, desde os anos 30.

O fidalgo da casa de V. Alteza **Ruy Vaz Pinto** possuía 24 anos de serviços ao Rei, como soldado, capitão de infantaria e de mar e guerra. Atuou na Beira, no Alentejo, na

¹⁰ O Conde Castelo Melhor era uma das figuras mais influentes durante o reinado de D. João IV (1640-1656). (MONTEIRO, 2000).

¹¹ Talvez ai tenha residido o problema. O acordo pode ter perdido prestígio.

¹² Temos que tentar buscar outras nomeações em outras partes do Império.

¹³ Coleção Resgate - Castro Almeida, Documentos avulsos, Rolo 6, Caixa 6, Documento 1086.

Armada que passou ao Brasil - com o Conde de Vila Pouca -, em Badajós, em Elvas, no Porto – onde foi capturado e vendido – e percorreu a costa combatendo o inimigo.

Manoel Faleiro Cabeça servia a Coroa por 20 anos, como soldado, alferes e capitão. Sua carreira foi baseada em acompanhar a Cia. Geral. Atuou na Restauração de Pernambuco e no Espírito Santo. Sua carreira era bem inferior aos já apresentados.

Manoel Barreto Valejo foi soldado, alferes, ajudante e capitão de infantaria, com aproximadamente 25 anos de serviços, dos quais 10 anos no mesmo presídio¹⁴. Serviu na Beira e Alentejo, Castela, Badajós, Elvas e Évora.

Joseph Lopes Experto serviu 14 anos, como soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante, capitão de infantaria e capitão-mor do Espírito Santo. Atuou no motim que ocorreu no Rio de Janeiro na ausência do Governador Salvador Correa de Sá.

Gaspar de Mariz Almeida¹⁵ foge por completo a esta visão dicotômica. Vejamos sua carreira. Serviu 22 anos como soldado, alferes e capitão do forte do morro de São Paulo e em algumas fortalezas no Reino e no Alentejo, fez viagens ao Brasil - com o conde de Vila Pouca. Participou da restauração de Angola, sob o comando de Salvador Correia de Sá. No Rio percorreu a costa combatendo o inimigo. Não obstante, ter a melhor carreira, e estar inserido em uma rede mais ampla – devido à ligação com Salvador Correia de Sá e o conde de Vila Pouca - a sua genealogia nos ajudaria a entender a sua nomeação. Nasceu no Rio, mas teve uma carreira imperial. Foi senhor de engenho e se casou com Luiza de Abreu Rangel, neta de um dos conquistadores - *Balthazar de Abreu*. Possuía ligações parentais com outras famílias conquistadoras - *Queixada* e *Sardinha*. Sua trajetória mostra um indivíduo da elite local inserido em uma rede imperial mais ampla.

Sebastião da Costa nasceu na Ilha de São Miguel em 1626, desposou Ana da Silva, na Sé do Rio, em 02/07/1656. Tiveram duas filhas. Margarida da Silva e Isabel. Margarida, nasceu na Sé do Rio, em 30/11/1659. Casou-se na Candelária com o sapateiro Francisco Godinho, em 08/01/1678. Seu marido tinha *defeitos mecânicos*. Se Sebastião casou sua filha com um sapateiro, sua família não era a das mais *nobres*, ou não estava inserida em um grupo influente, ou, até mesmo, não tinha o status para ocupar tal ofício. Não conseguimos encontrá-lo pedindo nenhum outro ofício. Sua carreira, de 19 anos, se inicia com o cargo de soldado, sargento, alferes e capitão de auxiliares, tendo embarcado em todas as armadas que correram a costa entre os anos 1651 até 1656.

¹⁴ O nome do presídio está ilegível, mas se localiza na Europa.

¹⁵ Gaspar tinha acabado de ser nomeado, um ano antes, em 1668, capitão da capitania de Cabo Frio.

Os concorrentes **Francisco**, **Ruy**, **Manuel Valejo**, **Jacinto** e **Gaspar** possuíam carreiras imperiais, muito parecidas, qualquer um dos cinco poderia ter sido o escolhido. No entanto, se escolheu o candidato com maior nº de anos de serviço. Esta não era a surpresa. Dos 6 votos dos conselheiros, 4 votaram em 1º em **Francisco**. A surpresa reside nos 2 outros votos, que escolheram como 1ª opção **Manuel Cabeça**, um concorrente com carreira baseada na Cia. Geral e na Restauração de Pernambuco e na capitania do Espírito Santo. Talvez esteja ligado ao reordenamento do comércio. Mas, também, temos que pontuar que não era membro da elite carioca, uma vez que não conseguimos localizá-lo na genealogia. O que nos coloca um 3º aspecto, a nomeação de um indivíduo que não tinha uma carreira imperial e não era da elite carioca, mas de uma outra área da América.¹⁶

Para concluir. A nomeação dos ofícios refletia uma preocupação cada vez maior com a centralização e uma reordenação das redes comerciais, que naturalmente passavam por estes, como o de capitão-de-fortaleza, visto que, o ofício, segundo Fragoso (FRAGOSO, 2003), estava intimamente ligado ao comércio. Esta centralização não pode ser vista como uma relação dicotômica metrópole X colônia, e sim analisada em toda uma gama de fatores, que a pesquisa pretende desvendar. Assim, as reordenações comerciais que o Estado português tentava fazer, ou seja, ter um maior controle sobre esta atividade era afastar as elites locais deste ofício, ou diminuir sua influência. Portanto, entende-se porque durante muito tempo tal ofício esteve vinculado a família dos Sá. Assim deveria ser ocupado por alguém que viesse de fora, como **Francisco Pinto Pereira**, que não aparece na nossa genealogia, provavelmente por que não se instalou definitivamente na América e teve uma carreira imperial, servindo de soldado, cabo-de-esquadra, sargento, alferes, ajudante e capitão, nas batalhas na Europa, antes de assumir tal ofício.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, L. **O Trato dos Viventes**. SP: Cia. das Letras, 2000.
- BICALHO, M. **A cidade e o império**. RJ: Civ. Brasileira, 2003
- FRAGOSO, J. *A Nobreza da República*. In **Topoi**. RJ: 7 Letras, 2000
- FRAGOSO, J. *Um mercado dominado por 'bandos*. In TEIXEIRA DA SILVA, F. et all. **Escritos sobre Hist. e Educação**. RJ: Mauad, 2001
- FRAGOSO, J. *A nobreza vive em bandos*. In **Tempo**. RJ: 7 Letras, nº 15, 2003

¹⁶ Novamente aqui temos que buscar se houve nomeação em outras áreas imperiais.

- GINZBURG, C. *O nome e o como*. In. -, **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989
- GOUVÊA, M. F. *André Cusaco: o irlandês “intempestivo”*. In VAINFAS, R et all (org). **Retratos do Império**. Niterói: EdUFF, 2006
- MONTEIRO, N. *A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroca: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)*. In TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. SP: Unesp, 2000
- POLANYI, K. **A grande transformação**. RJ: Campus, 1980
- RHEINGANTZ, C. **Primeiras Famílias do RJ**. RJ. Liv. Brasiliana, 1965